



## **PARECER**

**PROJETO DE LEI Nº 2.810, de 2000, que “Dispõe sobre os limites da receita bruta anual e os percentuais aplicáveis à receita bruta mensal das empresas inscritas no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples, de que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.”**

**AUTOR: SENADO FEDERAL**

**RELATOR: Deputado MUSSA DEMES**

**APENSOS: PL nº 876, de 1999, e PL nº 1.989, de 1999.**

## **1. RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 2.810, de 2000, altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, atualizando os limites de receita bruta anual para enquadramento das pequenas empresas e empresas de pequeno porte no Simples, além de reduzir as alíquotas intermediárias e máxima aplicáveis sobre a receita bruta. O Projeto de Lei nº 876, de 1999, por seu turno, tem por cunho a alteração da definição de receita bruta anual para fins de enquadramento das microempresas – ME - e empresas de pequeno porte – EPP – no referido programa simplificado de pagamento de tributos, permitindo que sejam descontados os créditos oriundos do pagamento do ICMS e do IPI provenientes da aquisição de bens e insumos de empresas fornecedoras. Já o PL apenso de nº 1.989, de 1999, altera a faixa de receita bruta para enquadramento das microempresas e, também, amplia o leque de optantes do Simples, mediante supressão de vedações e restrições contidas no artigo 9º e artigo 10.

Encaminhada a Proposição à Comissão de Economia, Indústria e Comércio, foi a mesma aprovada unanimemente na forma do substitutivo apresentado pelo relator, Deputado Carlito Merss. Em seu conteúdo, o substitutivo



acolhe as alterações sugeridas pela Proposição principal, bem assim pelos projetos de lei apensos, promovendo tão somente alterações de caráter formal. Nesta Comissão de Finanças e Tributação não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

## 2. VOTO

Cabe a esta Comissão, além do exame de mérito, inicialmente apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, o orçamento anual e normas pertinentes à receita e despesa públicas, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, IX, “h” e 53, II) e de Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, que “estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira”, aprovada pela CFT em 29 de maio de 1996.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2002 (Lei 10.266, de 24 de julho de 2001) em seu artigo 63 condiciona a aprovação de lei relativa a matéria tributária ao cumprimento do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

*“Art. 63. O projeto de lei ou medida provisória que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada ou editada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar no 101, de 2000.”*

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.00), por seu turno, determina em seu art. 14 que:

*“Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:*

*I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;*

*II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.*

*§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou*



*modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.”*

Da análise das proposições em tela, verifica-se que não há alteração do limite superior de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), resultando disso a não ampliação da quantidade total de optantes em razão da alteração prevista. Contudo, o Projeto de Lei, ao ampliar o conceito de microempresa, cuja receita bruta anual passaria de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) para até R\$ 244.000,00 (R\$ 240 mil no PL apenso nº 1.989/99), efetivamente propiciaria uma alteração no enquadramento de inúmeras empresas que hoje situam-se na faixa de R\$ 120 mil a R\$ 244 mil. Conforme o contido na Lei nº 9.317/1996, a **alíquota aplicada à receita bruta das microempresas situadas nessa faixa seria reduzida de 5,4% para 5%**, desconsiderando os acréscimos devidos em razão de recolhimento de contribuintes do IPI e de convênios de adesão de estados e municípios para recolhimento do ICMS e ISS. Além disso, o PL nº 2.810/2000, além de alterar o enquadramento das ME e EPP, promove redução geral das alíquotas aplicáveis para todas as faixas de receita bruta anual, tanto para microempresas quanto para empresas de pequeno porte.

Conclui-se, portanto, que a aplicação de tais dispositivos resultariam na diminuição da receita do Simples, quer pela redução expressa das alíquotas aplicáveis a microempresas e empresas de pequeno porte (prevista no PL nº 2.810/2000), quer pela alteração da faixa de enquadramento das microempresas (prevista no PL nº 2.810/2000 e PL apenso nº 1.989/99).

Outros dispositivos contidos nas proposições também resultam em redução de arrecadação tributária, consistindo em duas modalidades: a) ampliação do número de beneficiários do Simples, mediante a supressão de restrições à opção por tal sistema (especialmente “empresas” que prestem serviços cujo exercício depende de habilitação profissional legalmente exigida – PL apenso nº 1.989/99); e b) redução da base de cálculo, por meio de alteração da abrangência do conceito de receita bruta, para permitir deduções de créditos oriundos do pagamento do ICMS e do IPI provenientes da aquisição de bens e insumos de empresas fornecedoras (PL 876/99).

Em decorrência das alterações anteriormente descritas, constata-se de fato prejuízo às finanças públicas federais, tendo em vista a inevitável redução da arrecadação tributária. Apesar disso, o Projeto de Lei e seus apensos não estão acompanhados dos requisitos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal anteriormente citados, a saber: a estimativa da renúncia de receita, as medidas de compensação e a comprovação de que a renúncia já está computada na estimativa das receitas orçamentárias. Destarte, malgrado os nobres propósitos que nortearam a elaboração das referidas proposições, não podem as mesmas serem consideradas adequadas e compatíveis sob a ótica da análise mais restrita da adequação



orçamentária e financeira.

Ademais, fica também prejudicado o exame quanto ao mérito, na Comissão de Finanças e Tributação, em acordo com o disposto no art. 10 da Norma Interna – CFT.

Por todo o exposto, voto pela **incompatibilidade** e pela **inadequação** orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 2.810, de 2000, dos Projetos de Lei apensos nº 876, de 1999, e nº 1.989, de 1999, bem como do Substitutivo aprovado pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2002.

**Deputado MUSSA DEMES**  
**Relator**